
O PARADOXO APLICADO*

ALEXANDRE COSTA**

JOÃO WANDERLEY GERALDI***

RESUMO

Neste artigo discutimos a negação da centralidade da epistemologia lingüística pelo discurso disciplinar da Lingüística Aplicada. Pretendemos mostrar que sua tentativa de autodefinição por meio da ênfase em suas relações transdisciplinares apaga sistematicamente sua base epistemológica estável, conformando uma negação positiva da Lingüística em favor da afirmação das demandas aplicadas.

PALAVRAS-CHAVE: lingüística, lingüística aplicada, epistemologia.

Qualquer que seja o julgamento, é importante lembrar que esse tipo de prática não é o pecado original da LA: foram os lingüistas que começaram.

Kleiman

O objetivo desse artigo é refletir sobre um elemento central do discurso disciplinar da Lingüística Aplicada (LA), ao qual chamaremos de *paradoxo aplicado*. Trata-se da negação sistemática da Lingüística pela LA, em favor de uma autodefinição da área por seu “caráter aplicado” ou por seu “campo-objeto”, cujo efeito principal é o apagamento

* Esta discussão é, em grande medida, uma derivação da reflexão introdutória do texto *A arqueologia da formação do professor* (cf. seção de referências bibliográficas), sendo resultante, como sempre, de um intenso e constitutivo diálogo de orientação. Sua versão atual conta ainda com valiosos comentários do professor Sebastião Milani (UFG), a quem, por oportuno, agradecemos.

** Professor Adjunto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: alexanrs@uol.com.br).

*** Professor Titular aposentado do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.
E-mail: geraldi@unicamp.br).

de sua única base epistemológica estável. Tentaremos demonstrar que essa auto-referência pelo caráter “aplicado” configura uma inversão da máxima saussuriana de que “é o ponto de vista que cria o objeto” e que, em última análise, provém da contínua acomodação de novas demandas aplicadas ao mesmo solo epistêmico.

As demandas sociais ou aplicadas têm sido o principal vetor de constituição dessa vertente dos estudos da linguagem como espaço disciplinar, sobretudo aquelas relativas às práticas pedagógicas. A Linguística Aplicada deve sua expansão e consolidação no âmbito acadêmico nacional, em grande medida, às reestruturações do sistema educacional nacional e à formação do professor, ainda que suas pesquisas não se postulem apenas nessa direção. Desde os primeiros “estudos lingüísticos com vocação aplicada”, somos “convocados”, nos sentimos “mobilizados” e, mesmo, somos “fortalecidos” por demandas e crises da educação. Da chamada “crise da leitura” às recentes reformas curriculares e suas necessidades de capacitação em serviço ou de formação continuada para os professores, lingüistas e lingüistas aplicados, sempre estivemos nas fileiras de especialistas em ensino de língua e de formadores do professorado.¹ Em parte, isso é natural e previsível, já que, como pesquisadores acadêmicos, somos também formadores na etapa inicial de profissionalização do professor. No entanto, nossa dupla implicação nas diferentes reformas educacionais, tanto como avaliadores quanto como implementadores, gera o que se poderia chamar de um “conflito de interesses”. Não há como negar que “crises” e “reformas” que produzem demandas e recursos para a área também influenciam as pesquisas produzidas. Quase uma década após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), por exemplo, muitos estudos sobre gêneros discursivos eram, parcialmente, resultantes da adoção deste “objeto” no novo currículo escolar, e quaisquer trabalhos desse tipo podiam ser transformados em propostas de formação, habilitando os pesquisadores a se constituírem como capacitadores das práticas de profissionalização continuada do magistério.

De acordo com essa conjuntura, o discurso disciplinar da LA formou-se, desde sempre, a partir da tensão entre a formação lingüística de seus pesquisadores e o enfrentamento das sucessivas demandas de aplicação que permitiram a institucionalização da área. Nesse percurso questões como a inclusão da vida social na agenda de pesquisa básica da LA, o questionamento da tradicional divisão entre teoria e prática e o estabelecimento de parcerias e de colaboração com outros campos institucionais que não o acadêmico, incluídos os sujeitos de pesquisa nessa conta, tornaram-se caras aos “lingüistas aplicados” (KLEIMAN, 1998, p. 72). No entanto, como nos recorda a autora da epígrafe deste artigo, nunca foram problemas exclusivos da LA, mas, pelo contrário, são anteriores à própria constituição desse espaço disciplinar no Brasil.

Nesse sentido, aquilo que tem sido apontado como caráter diferencial da LA também diz respeito a outras áreas da epistemologia lingüística. A Etnolingüística, por exemplo, tem agregado aos seus estudos fonológicos e morfossintáticos das línguas indígenas brasileiras alguns aspectos dessa agenda, sobretudo em períodos mais recentes. Do mesmo modo, pesquisas de Análise do Discurso estão identificadas com todos os elementos citados, sendo, inclusive, uma fonte de sua introdução na LA. E o que é uma “análise do discurso” senão uma espécie de “lingüística”? Talvez seja razoável, por fim, perguntar se isso é constante ou variavelmente verdadeiro para outras disciplinas como a Sociolingüística, a Pragmática e a Psicolingüística, ou mesmo para todas as outras envolvidas diretamente com a linguagem.

Não se pautando apenas pela definição de uma agenda de pesquisa aplicada a questões sociais – a qual, aliás, está por toda parte, entre pedagogos e físicos, entre biólogos e matemáticos – que vige e viceja na academia, qual seria, então, o percurso constitutivo específico da LA? Localizaremos esse questionamento em certo debate interno da área, tal como tem sido acumulado, condensado e sistematizado ao longo de pesquisas, congressos e publicações. Da rejeição da pecha de “aplicação da Lingüística” à constituição dos “objetos múltiplos e com-

plexos”, indicaremos questões teóricas e aplicadas para, novamente, afirmar a pertença da LA à base epistemológica da Lingüística, do mesmo modo como ocorre com todas as outras áreas citadas.

Em primeiro lugar, todas elas ramificam-se por meio de relações transdisciplinares. Informadas por diferentes segmentos dos estudos da linguagem – que privilegiam, variavelmente, os níveis de análise fonológico, morfológico, sintático, textual e discursivo – estão também ligadas a outras disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, a Psicanálise e a Semiótica, por exemplo, com as quais compartilham relações sob a influência da Lingüística. Além disso, no caso da LA, há uma forte interação com diversas disciplinas da Educação que também se valem de modelos teóricos derivados de relações transdisciplinares semelhantes às suas. Em segundo lugar, a consideração dos recortes de análise conjugados pela LA em suas modalizações empíricas sempre remete a dois níveis básicos, a *língua* e o *uso da língua*, permitindo conceber seu assim chamado objeto “múltiplo e complexo” como um conjunto de variáveis desses dois recortes básicos. Por isso, a consideração da base epistemológica da LA, em suas dimensões de transdisciplinaridade teórico-metodológica e de complexidade empírica, sempre se vincula a duas categorias paradigmáticas da Lingüística e das Ciências Humanas: *estrutura e prática*. A grande quantidade de recortes empíricos e de categorias de análise que são pertinentes às pesquisas de LA, como *tipo de texto, enunciado, discurso, gênero discursivo, contexto situacional, intertextualidade e interdiscursividade*, nada mais são do que descritores das categorias de estrutura e de prática, as quais, por sua vez, remetem à tradicional divisão de *língua e fala*.

O DISCURSO SOBRE O ESTATUTO DISCIPLINAR DA LINGÜÍSTICA APLICADA

Em sua discussão sobre o estatuto disciplinar da LA, Kleiman (1998, p. 51-52) refere-se à necessidade de examinarmos o tema relativamente à “história” e à “epistemologia da configuração da prática de

pesquisa” da área, reconhecendo, no entanto, que no Brasil essa discussão esteve atrelada à relação da LA com a Lingüística. A autora remete tal situação à indefinição de fronteiras entre as duas áreas nos contextos de departamentos, associações, encontros profissionais e esferas de ação, e mesmo à identificação de membros da comunidade lingüística a uma “vocação para aplicações, no sentido de reutilizar seus saberes, suas descobertas, sua formação, nas questões práticas do ensino, particularmente do ensino de língua materna”. Kleiman (1998) relaciona essa indefinição de fronteiras à história das duas disciplinas e a fatores conjunturais do desenvolvimento da Lingüística:

A questão é histórica porque a Lingüística Aplicada emergiu um tanto tardiamente em relação ao momento em que se configuraram importantes problemas de ensino de língua materna no país e foram os lingüistas os que ocuparam os espaços de atuação aplicada que hoje a LA também reivindica. Esses lingüistas propunham-se, no fim da década de 1960, a responder às perguntas de professores confusos pelo insucesso com os novos estudantes que a democratização do ensino trazia para a escola, e pelo novo objeto – a comunicação na língua – que a Lei 5.692/71 instituiu. Ao mesmo tempo a questão é atual porque as mudanças paradigmáticas nos estudos da linguagem têm ampliado, para muitos lingüistas, o objeto da lingüística – a gramática – para a linguagem, o que implica pensar nas práticas de uso da linguagem em tempos, lugares, sociedades e culturas específicas, relações antes consideradas extralingüísticas, e, portanto, fora do escopo das ciências lingüísticas. (p. 51-52)

Em primeiro lugar, é interessante observar que os dois aspectos indicados pela autora – a demanda de aplicação e a ampliação do objeto da lingüística –, ao contrário do que pode parecer pela forma como foram apresentados, não são, na verdade, cronologicamente consecutivos. Os problemas sociais apresentados aos lingüistas no final da década de 1960 são contemporâneos ao estabelecimento das *condições de possibilidade* da ampliação do objeto de sua disciplina. No contexto

internacional das Ciências Humanas, sobretudo na França, as décadas de 1950 e 1960 marcaram a entrada do paradigma estruturalista de base saussuriana para o âmbito dos estudos das condições de produção do discurso. Sob a influência das pesquisas antropológicas, que já haviam feito o mesmo percurso, e das revisões althusseriana do marxismo e lacaniana do freudismo, os paradigmas estruturalistas também foram enfrentados ao uso da linguagem (DOSSE, 1993; 1994; GREGOLIN, 2004). Assim, quando os lingüistas assumiram a sua “vocalização aplicada”, em resposta às demandas sociais apresentadas no Brasil, já estava em processo uma reflexão teórico-epistemológica que viria a situar-se, por exemplo, na disciplina de Análise do Discurso, a qual se estabeleceria, em nosso país, em bases institucionais da Lingüística. Além disso, em período mais ou menos próximo, também a obra de Mikhail Bakhtin vinha à tona na Europa Ocidental, trazendo mais diretamente para o cerne dos estudos da linguagem os mesmos efeitos desestabilizadores e reorganizadores tanto das empirias quanto das abordagens, em sucessivos e diferentes períodos de apropriação (FARACO, 2003; GREGOLIN, 2006).

Assim, ainda que nossa argumentação venha a produzir conclusões diferentes das que se seguirão no texto de Kleiman, nos apoiamos também nos mesmos fatores conjunturais, institucionais e teóricos para discutir o “solo epistemológico” da área. Interessa, por isso, o recorte das *normatividades* apontadas pela autora como resultantes da relação entre a Lingüística e a LA, indicadas por ela apenas como referências do histórico do debate, para tomar, em seguida, tal polêmica como já superada (KLEIMAN, 1998, p. 52-53):

[...] por um lado, os lingüistas julgando a adequação descritiva de nossa produção pelo parâmetro da descrição ou modelo lingüístico utilizado, com base na premissa de que se trabalhamos com o que as pessoas falam e ouvem, lêem e escrevem, então, a aplicação de modelos que descrevem as estruturas lingüísticas ou textuais que eles usam deve ajudar a entender o problema;

[...] por outro lado, os lingüistas aplicados justificando a multi, a inter ou a transdisciplinaridade de suas abordagens pelo fato de que

aquilo que as pessoas ouvem, falam, lêem e escrevem em diferentes situações, em diferentes contextos institucionais, com propósitos diferentes e com diferentes graus de domínio da situação estará sujeito às determinações da vida social; portanto, *situação, instituição, objetivos e competências que podem condicionar o uso que os indivíduos fazem dos seus repertórios lingüísticos devem ser incluídos nas descrições dos fatos.* (Grifos nossos)

Enquanto Kleiman (p. 53) considera que “a Lingüística Aplicada tem tanto, ou tão pouco, a ver com a Lingüística como a pesquisa médica sobre a senescência tem a ver com a neuroanatomia”, acreditamos que a polêmica expressa pelas duas posições acima, ainda que imperfeitas no formato em que se apresentaram inicialmente, não estão superadas.² São, na verdade, parte importante do *paradoxo aplicado*, como uma negação constitutiva ou como a manutenção de uma *ausência*, de caráter positivo. É importante retomar tal polêmica pela recuperação do “apagamento” da relevância da epistemologia lingüística na reflexão teórica da LA. Isso significa supor que a vertente da LA que segue na segunda direção (a da “transdisciplinaridade”) constitui-se contraditoriamente em relação à Lingüística, a partir da manutenção dos mesmos fatores apontados em relação à sua história comum em nosso país: em conjunturas, em instituições e em teorias. Como exemplo disso, os elementos apontados pela autora como demandas do objeto da LA (grifados por nós) já fariam parte das transformações do objeto da Lingüística, conforme dissemos acima.

Os apontamentos de Kleiman estão em *Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade*, uma publicação cujo objetivo principal era o de “documentar [...] parte das discussões sobre o percurso *inaugurado* pela LA no final da década de 1980 e consolidado na década de 1990”. Nos termos das organizadoras do livro, essa discussão tratava de uma “melhor definição do campo aplicado em sua condição de *interface não transparente e neutra entre diferentes áreas e disciplinas que se interessam pelas questões relacionadas ao uso da linguagem*” (SIGNORINI e CAVALCANTI, 1998, p. 7. Grifos nossos). Daí, o foco na transdisciplinaridade.

Ocorre, no entanto, que, seja pelo escopo do objeto, seja pela presença no campo aplicado, não há diferenças fundamentais entre LA e Lingüística. Menos ainda no interesse por questões relacionadas ao uso da linguagem ou por relações transdisciplinares: a Análise do Discurso, seja a de linha francesa ou a anglo-saxônica, é um exemplo perfeito de relação transdisciplinar entre História, Psicanálise, Antropologia, Sociologia e Lingüística. Em termos propriamente epistemológicos, nem mesmo a “prática científica de investigação do diverso, do complexo e do instável ou provisório” seria uma diferença fundamental entre LA e Lingüística, uma vez que, novamente, isso já estava posto nas pesquisas do discurso e, antes delas, nas investigações que tentavam abarcar fenômenos como a dêixis, as modalidades, a performatividade etc. Portanto, a pergunta mais adequada, possivelmente, não seja a que busca o diferencial entre as “duas disciplinas”, mas a que indaga *por que essa dicotomia parece ser o “motor” constitutivo da LA.*

“VALOR E DIFERENÇA SÃO A MESMA COISA”

Naturalmente, parte da força dessa polêmica deve-se à falsa suposição da superioridade das práticas ditas “teóricas” diante das “aplicadas”, bem como das suas conseqüências político-institucionais,³ como bem observa Kleiman (1998, p. 53-54), logo antes de apontar outro aspecto relevante da constituição da área:

O debate sobre o estatuto disciplinar da LA deveria estar fundamentado nos aspectos históricos e epistemológicos da nossa prática de pesquisa e deveria estar voltado hoje para a comunidade interna, dos lingüistas aplicados que assim se assumem por razões de atuação acadêmica e/ou política, ou seja, aqueles que contribuem para a análise do desenvolvimento da área, porque são suas práticas de produzir conhecimentos as que devem ser *necessariamente* levadas em conta para tratar a questão [...]. Essa discussão é necessária, entre outras razões, para conhecer e avaliar o desenvolvimento da área num momento em que *o acréscimo e a diversificação das questões*

investigadas na LA isolam cada vez mais os lingüistas aplicados que trabalham em diferentes problemas da vida social.

Aquí, a questão que se coloca é a força que a *demanda* exerce sobre a LA, assim como o grau de relevância conferido a esse fator nas discussões epistemológicas da área. Em alguma medida, pode-se reconhecer, novamente, algum “apagamento” de parte das conseqüências dessa força nos debates teóricos internos, e a sua causa mais provável: *a diversidade da demanda e a conseqüente diversificação das pesquisas de LA ressaltam o seu eixo teórico-epistemológico rejeitado, a Lingüística.*

Apesar de se organizar sempre em torno da linguagem, a LA mostra-se muito sensível a certo *discurso do método* que desconsidera parcialmente esse fator. Muitas vezes, inclusive, o discurso da área parece tentar produzir uma inversão do axioma do fundador de uma Lingüística “anterior” (Saussure) com a qual prefere debater. A preocupação de Kleiman com o crescente isolamento dos pesquisadores parece supor que, ao contrário da perspectiva saussuriana – a de que *é o ponto de vista que cria o objeto* –, na LA seria *o objeto que cria[ria] o ponto de vista*. Podemos, assim, começar a configurar um quadro de elementos que compõem, em variações, o discurso teórico-epistemológico da LA: *objetos diferentes, demandas constantes, relações disciplinares excludentes e aplicação recorrente.*

Todos esses aspectos, mobilizados a cada defesa do lugar disciplinar da LA, parecem ancorar-se sempre no uso da linguagem. Vejamos, por exemplo, a discussão de Signorini (1998, p. 100-101) sobre a construção de um *objeto híbrido*: “Daí a especificidade do objeto de pesquisa em LA – *o estudo de práticas específicas de uso da linguagem em contextos específicos* – objeto esse que a constitui como campo de estudo outro, distinto, não transparente e muito menos neutro” (grifos nossos). A autora refere-se à recorrência, entre os pesquisadores da área, da necessidade de discutir o próprio conceito de língua da “lingüística clássica” para, em seguida, refletir sobre a construção do “múltiplo e complexo”:

Na realidade, no campo da LA, o estudo das práticas de linguagem tem sido proposto tanto a partir de um conceito genérico abstrato e único de língua, produzido pela Lingüística dita teórica, quanto a partir de um conceito múltiplo não unificado, produzido por percursos transdisciplinares de reflexão sobre essas práticas. Enquanto no primeiro caso todas as variáveis relacionadas ao falante e ao contexto, por exemplo, são de início externas e residuais ao sistema da língua em questão, no segundo caso, essas mesmas variáveis não só impregnam as formas em uso como também as constituem e, portanto, vão também constituir a especificidade da língua em estudo. (1998, p. 102)

Ora, no mesmo texto em que havia citado Foucault, e no qual poderia citar Bakhtin, Signorini constrói a “especificidade da LA” com base na divergência em relação ao conceito de língua saussuriano e à sua inadequação para o tratamento de “práticas de uso de linguagem em contextos específicos”. Além do fato de a noção de *prática* já incluir o aspecto da especificidade dos usos, sobretudo em relação ao contexto, as abordagens de Foucault (1996) e de Bakhtin (2000; 2004), para não citar Bourdieu (2000; 2004) e Fairclough (1992; 1999; 2003), já estão incluídas no olhar teórico, metodológico e empírico da Lingüística. Insistiremos, então, que é razoável questionar os motivos de uma recuperação crítica da “noção de língua saussuriana”, quando outros já o fizeram há muito tempo (como Bakhtin, em relação ao objetivismo abstrato) e já incorporaram sistematicamente a “complexidade do objeto” em pesquisas contemporâneas com as quais se pode dialogar (como no caso de Fairclough) e que, de fato, são a base de certas abordagens da LA. Além disso, é possível questionar também por que não se dialoga mais diretamente com as concepções de língua e uso da Gramática Funcional, tal como têm sido aplicadas em trabalhos como os de Halliday (1985) ou de Neves (1997); ambos representam abordagens do sistema lingüístico que antecipam e sistematizam muitos dos aspectos relativos à relação entre língua e uso.

Mas há, ainda, outra maneira de situar o paradoxo aplicado, de olhar para a negação da Lingüística como afirmação da LA. Basta

verificar como essa refração apaga-se na transposição da sua reflexão teórica para outros gêneros, sobretudo no de divulgação científica para a comunidade profissional, como neste caso (MORAES e KLEIMAN, 1999, p. 11:

Este livro apresenta uma resposta interdisciplinar ao problema de renovação curricular a que nos referimos. Tal resposta surgiu da integração das perspectivas de uma educadora especialista em currículos e uma lingüista aplicada especialista em leitura. Essa integração não foi fácil, pois *enquanto o educador lança o seu olhar na paisagem sem ver a pedra no caminho, o lingüista pode esquecer a paisagem por causa da forma, cor e tamanho da pedra que chamou sua atenção*. Na perspectiva deste último, uma *palavra não dita na sala de aula é tão ou mais significativa para a criação de contextos favoráveis ou desfavoráveis à aprendizagem do que um currículo inovador*. Para o primeiro, o contexto favorável acabará por estimular o surgimento da palavra inovadora. (Grifos nossos)

No exemplo, retirado de uma obra destinada aos professores, a belíssima figura das autoras é luminosamente esclarecedora. A conseqüente redução da explicitude teórico-epistemológica, que se opera sobre todo discurso científico no processo de sua transposição para um texto de divulgação, desbasta as “camadas” que recobrem e, às vezes, escondem a importância fundamental e constitutiva da Lingüística no discurso da LA. E não apenas pela retomada de “lingüista aplicado” por “lingüista”, mas, sobretudo, pela vibrante imagem epistemológica da oposição entre a “pedra” e a “paisagem”. O que poderia significar, nessa passagem, focalizar uma pedra na paisagem (“sua forma, cor e tamanho”), senão a assunção figurada do método e da compreensão teórica? É possível que essa figura não recupere o exercício de recortar o elemento no sistema e, assim, revelar toda sua *positividade*? Em outras palavras: a imagem metafórica criada pelas autoras não apenas parece revelar a perspectiva lingüística da LA, mas também sua origem estruturalista.

No entanto, uma vez reconhecida a Lingüística como base da LA, há que se considerar, também, tal processo em outra origem do paradoxo.

Na verdade, a máxima epistemológica de Saussure já era fruto de certo reducionismo: *para que um ponto de vista teórico crie um objeto, deve existir, previamente, algum tipo de relação com a empiria que é a base e o a priori de uma nova objetivação do real sob um determinado ponto de vista*. Em outras palavras, a questão epistemológica do paradoxo aplicado já se apresentara a Saussure, mas ele o desprezara, metodologicamente, negando a possibilidade de se trabalhar cientificamente com o *uso da linguagem*.⁴ A Lingüística e as suas diversas áreas (inclusive a LA) têm retomado e desenvolvido os dois pólos dessa relação dialética desde então.

Desse modo, enquanto o(s) novo(s) objeto(s) criava(m) demandas teóricas para a LA, a LA produzia novas formações teóricas que gerassem suas condições de possibilidade: *operacionalidade e legitimidade*. No entanto, é interessante observar que a tensão do paradoxo aplicado, dividido entre o arcabouço teórico da Lingüística e as demandas sociais, tem gerado uma série de variações teórico-metodológicas na área como resultado dos diversos equilíbrios encontrados ao longo de seu desenvolvimento. Daí, a previsível polêmica entre os diferentes encaminhamentos encontrados pelos grupos de pesquisadores da LA, mas também o desequilíbrio em favor do pólo centrado no campo-objeto. Se a área busca sua identidade e legitimidade a partir da autodefinição de “aplicada”, e não de “lingüística”, necessariamente deve afastar-se de qualquer assunção epistemológica bem estabelecida que sempre lhe resultará como negação do seu eixo “declarado” (“o campo-objeto”). Por isso, muitos esforços relativos à rejeição dos paradigmas da Lingüística são de ordem marcadamente institucional; por isso, a forte tendência ao “desconstrucionismo” e a ao “relativismo teórico”, como mecanismos de auto-afirmação disciplinar.

Ao contrário do que se possa pensar, essa avaliação não rejeita nem desqualifica o percurso constitutivo da LA, mas sim questiona certas orientações hegemônicas do seu “discurso (trans)disciplinar”. O que se quer mostrar é que a opção pela força motriz da aplicação, em regra,

gera um apagamento parcial das bases teórico-epistemológicas dos empreendimentos de pesquisa, ou mesmo de suas possíveis deficiências descritivo-explicativas.

A crítica ao “fundamentalismo teórico” (LOPES, 2006), como *defesa* de certas abordagens aplicadas, parece ser mais um mecanismo de disputa institucional do que uma radicalização ou verticalização teórico-metodológica. A negação da necessidade de estabilização da base epistemológica da área pode impedir, de algum modo, a melhor sistematização das bases teórico-metodológicas com as quais se opera. Vemos, então, que, em última análise, estamos em uma discussão que pode até ser considerada como uma obviedade científica, mas cuja ocorrência virou um “truísmo aplicado”, ainda que para muitos lingüistas aplicados não o seja.

A LA “INDISCIPLINAR”: A DEFESA DE UM REGIME DE “NÃO-VERDADE”

Esse debate sobre *o que é LA e como se faz tal ciência* vem, na verdade, sendo construído em muitas variações do que já mostramos acima. Parecem ser, no entanto, apenas “variações” dos mesmos aspectos fundamentais do paradoxo aplicado, seja no caso da sua relação institucional com a Lingüística, seja naquele da dialogia dessa “disciplina-mãe” com as forças constitutivas da LA, a do ponto de vista teórico e a do campo-objeto.

Em Rajagopalan (2006, p. 155), por exemplo, o ponto de vista da LA é construído em relação à Lingüística pela identificação do desinteresse dos lingüistas por questões relativas à “política” e a “outros temas práticos” e seu relacionamento ao paradigma da “neutralidade científica”. Logo adiante, no mesmo texto, no entanto, o autor vai se referir a uma “lingüística crítica” que busca superar esses limites já transpostos pela LA (p. 162). Ora, entre os autores referidos como “críticos”, encontra-se o lingüista britânico Norman Fairclough que é fundador da Análise de Discurso Crítica e cujas pesquisas são, há duas

décadas, uma fonte importante da reflexão teórico-metodológica da LA. É curioso, também, que essas mesmas pesquisas de Análise do Discurso tenham como fundamento “uma lingüística crítica da década de 1970”, de base funcionalista (FAIRCLOUGH, 1992). Não menos importante ainda é que o articulador dessa reflexão disciplinar da LA seja um pesquisador ligado às bases institucionais da Lingüística. Nesse sentido, a riqueza e a produtividade da reflexão teórica e epistemológica da LA enfrentam alguns riscos ou estão sujeitas a alguns acidentes, como parece ser o caso seguinte (FABRÍCIO, 2006, p. 52):

Dessa forma, a LA, área de forte influência anglo-saxônica, encontra-se em um processo de reconstrução, reinventando-se, em termos de um *regime de “não-verdade”*, isto é, uma forma de vida que, em lugar de investir na delimitação de um perfil disciplinar claramente contornado, passa a apostar no diálogo transfronteiras (envolvendo diversas áreas e diferentes modos de produção do conhecimento) e a assinalar a metáfora da trama como modo de conhecer – entendendo que o conhecimento produzido e as “verdades” a ele atribuídas são deste mundo, fabricadas pela própria sociedade que neles se apóia.

Todos os elementos dessa reflexão “(in)disciplinar”⁵ da LA, em princípio, são partilhados por várias outras áreas da Lingüística. Mas o que chama a atenção é a chamada reinvenção por meio de um “regime de *não-verdade*”, definido como “uma forma de vida” que reconhece que as “verdades” são construídas no mundo. De fato, a construção social dos *sistemas de verdade* é aceita em muitas disciplinas da Filosofia e das Ciências Sociais, o que agrega valor e legitimidade ao ponto de vista expresso; mas, por outro lado, não autoriza a pensar nesse paradigma como um avanço ou uma novidade da reflexão da LA como disciplina. Talvez, então, o aspecto mais surpreendente desse tipo de discurso epistemológico da área seja a retomada da crítica de Foucault à invisibilidade da *vontade de verdade* da ciência moderna como a afirmação de um desejo de estabelecer um regime de “não-verdade”. Mais uma vez, é possível e razoável perguntar se a aceitação da verdade

como um “construto social e histórico” é compatível com a proposição de um “regime de não-verdade” ou com a definição do estatuto disciplinar da LA como uma “forma de vida”.

Excedendo, enfim, aquilo que o exemplo permite questionar, a evidente remissão à *vontade de verdade* como herança da reflexão foucaultiana parece ativar uma sistematicidade teórica, o que seria relativamente impossível sem a crença em algum tipo de estabilidade de “regimes de verdade”. Assim também, a expansão de uma perspectiva disciplinar que assume a provisoriabilidade de todo sistema teórico a uma “forma de vida” parece ser mais uma leitura “gestual” da famosa aula inaugural no *Collège de France*, de 1970, do que propriamente a consideração de sua reflexão sobre *a ordem do discurso*.⁶ Por mais precária e provisoriamente que seja, toda disciplina científica tem de assumir minimamente suas “verdades”, expressas em seus sistemas de conceitos como condição *sine qua non* desse tipo de discurso (o discurso científico).

Naturalmente, não é nossa intenção selecionar o que julgamos ser um equívoco circunstancial, desprezando a riqueza e a produtividade da reflexão em que está inserido.⁷ Nosso objetivo é indicar elementos que contribuam para a superação do paradoxo aplicado e de seus problemas. Para estabelecermos uma estrutura teórica adequada a qualquer objeto de pesquisa, ainda que precária, incompleta e provisoriamente, faz-se necessário um regime de verdade “operacional”, que nunca é neutro ou infalível, mas que se produz pela busca consciente de coerência epistemológica. Nesse sentido, uma sistematização das bases epistemológicas da LA deve operar, segundo nos parece, com um quadro de conceitos teóricos e de categorias de análise relativos a uma perspectiva da LA que é ainda anterior à chamada “LA (In)disciplinar”, como no exposto a seguir por Kleiman (1998, p. 55):

A LA caracteriza-se pela expansão dos dados que estuda, das disciplinas-fonte e das metodologias, em função da necessidade de entendimento dos problemas sociais de comunicação em contextos

específicos (o seu objeto abrangente) que procura resolver (o seu objetivo abrangente). Quanto aos tipos de dados que são utilizados, houve, em função dos problemas abordados, uma expansão natural dos dados empíricos; quanto às fontes, as disciplinas que tratam de assuntos que lhe são relevantes são muitas: a teoria gramatical (particularmente as gramáticas funcionais), a psicolinguística, a sociolinguística, a análise do discurso, a psicologia, as ciências cognitivas, a sociologia, a história social, a literatura e a antropologia estudam questões que podem subsidiar a pesquisa sobre os problemas do uso e da aprendizagem de uma língua em contextos específicos; quanto à metodologia, nossa área tem utilizado, segundo os diversos objetivos específicos de pesquisa, a introspecção, a observação naturalística, o método experimental. Esses enfoques variados, devido à diversidade dos objetos específicos estudados em contextos específicos, tornam equívoca qualquer avaliação do nosso desenvolvimento ou estatuto disciplinar por parâmetros, como o grau de formalismo nas suas descrições, a validade de uma observação num estudo de casos, ou o tamanho da amostra num experimento.

O que lemos nas questões apontadas pela pesquisadora não é o desligamento entre Linguística e LA; diferentemente dela, entendemos que tais demandas dizem respeito a categorias que são concernentes a qualquer teoria ou pesquisa linguística, tenha a área as relações disciplinares que tiver, que são as de *estrutura* e *prática*. Apesar de todas as variantes que se apresentam, o uso da linguagem sempre estará no cerne das pesquisas de LA. Em qualquer caso, a análise do uso da linguagem sempre será feita pela descrição e interpretação de objetos e práticas estruturados por meio de modelos estruturais, os quais serão o fundamento das relações transdisciplinares que se agreguem de acordo com necessidades específicas do campo-objeto da “aplicação”.⁸

THE APPLIED PARADOX

ABSTRACT

In this article we discuss the denial of the centrality of the linguistic epistemology by the disciplinary discourse of Applied Linguistics. We intend to show that its

attempt at self-definition, by means of emphasis in its transdisciplinary relations, systematically erases its stable epistemologic base, conforming the positive denial of Linguistics in favor of the affirmation of applied demands.

KEY WORDS: linguistics, applied linguistics, epistemology.

NOTAS

- 1 A “crise da leitura” designava, na verdade, uma crise geral do processo de escolarização, resultante da inclusão dos alunos oriundos dos segmentos mais pobres da população, por consequência da expansão da oferta de vagas nos sistemas de ensino. Sua nomeação metonímica foi consequência do aspecto mais visível ou mais abrangente do problema. Diversas partes do mundo tiveram suas “crises da leitura” (BARTON, 1994; KLEIMAN, 1995).
- 2 Imperfeitas porque são (ou parecem ser) excludentes.
- 3 “A discussão, nos últimos anos, sobre a natureza multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar da LA, é um bom exemplo do novo rumo que o debate deveria tomar, desde que, como já disse anteriormente, consigamos nos desvencilhar de limites auto-impostos pela percepção de que o problema deva ser discutido sob a ótica da dependência, ou independência, em relação à Linguística (à Sociolinguística, à Psicolinguística, à Análise do Discurso etc.), que traz a concomitante redução da LA ao campo de aplicação e de validação de teorias, modelos ou generalizações de outras disciplinas ou subdisciplinas” (KLEIMAN, 1998, p. 54).
- 4 Ou, mais literalmente, com a “fala”, no contexto do *Curso de Linguística Geral*.
- 5 Como tem sido qualificada por seus proponentes (LOPES, 2006).
- 6 O que, aliás, poderia ser considerado como uma leitura ingênua do que faz o filósofo francês em sua aula. Ao retomar a tradição de pesquisa epistemológica da cátedra que assume e ao esboçar um ambicioso projeto de pesquisa para toda uma vida e a partir de seus trabalhos arqueológicos já publicados, Foucault estabelece, sob a pompa da retórica da ocasião, um imenso “regime de verdade”.
- 7 Neste caso, a autora comete o que se chama de contradição performática, ao negar completamente aquilo que lhe constitui a posição de sujeito no discurso acadêmico-científico. A discussão completa de seu artigo, no entanto, é sem dúvida relevante.

- 8 Podemos, finalmente, antecipar algum questionamento que já está previsto no desejo de interlocução da discussão que propusemos neste texto: “E como afinal se pode falar das noções de “estrutura” e “prática” sem defini-las à exaustão, já que é nelas que se ancora parte da argumentação?!” E a resposta é simples: “Essas duas noções são usadas em todos os trabalhos de base epistemológica lingüística, com maior ou menor consciência teórica; sua definição e seu escopo de aplicação operacional também já foram tratados intensamente”. Em outras palavras, basta ler qualquer publicação de LA e lá os encontraremos; ou bem essas categorias são usadas impunemente, ou bem são operacionalizadas, como maior ou menor explicitude, em um viés semelhante ao que se expôs aqui.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARTON, D. *An introduction to the ecology of written language*. Oxford (UK): Blackwell Publishers, 1994.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais das ciências*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- _____. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Oeiras: Celta, 1997.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh, England: Edinburgh University Press, 1999.
- COSTA, A. *Arqueologia da formação do professor: a nova ordem de discurso da educação nacional*. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2007.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo*. v. 1. O campo do signo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- _____. *História do estruturalismo*. v. 2. O canto do cisne. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- ECO, U. *A estrutura ausente*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FABRÍCIO, B. F. Lingüística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: LOPES, L. P. da M. (Org.). *Por uma lingüística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. New York: Longman, 1992.
- _____. *Critical discourse e analysis: the critical study of language*. New York, USA: Longman Publishing, 2003.
- FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo*. As idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso*. Diálogos e duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.
- _____. Bakhtin, Foucault e Pêcheux. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 33-52.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2nd. ed. London, UK: British Library, 1985.
- KLEIMAN, A. B. O estatuto disciplinar da Lingüística Aplicada: o traçado de um percurso, um rumo para o debate. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Lingüística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- KLEIMAN, A. B.; MATENCIO, M. de L. M. (Orgs.). *Letramento e formação do professor*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.
- LOPES, L. P. da M. Introdução. In: _____. (Org.). *Por uma lingüística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MORAES, Silvia E.; KLEIMAN, Ângela B. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RAJAGOPALAN, K. Repensar o papel da Lingüística Aplicada. In: LOPES, L. P. da M. (Org.). *Por uma lingüística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Lingüística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.